

ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 26ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, ESTADO DE MINAS GERAIS.

Ao 1º dia do mês de julho de 2025, às 19h, no Centro Cultural Cláudio Nogueira de Azevedo, localizado na Rua Curitiba, 245, Centro – Cláudio/MG; foi realizada a 5ª Audiência Pública, da 1ª sessão legislativa, da 26ª legislatura da Câmara Municipal de Cláudio, Estado de Minas Gerais, presidida e secretariada, respectivamente, pelos vereadores Simental e Frederico Amorim, presentes também os edis: Darley Lopes, Evandro da Ambulância, Geraldo Lázaro dos Santos, Kaká Amorim, Maurilo do Sindicato, Nivaldo e Rosângela Diretora; ausentes Fernando Tolentino e Kedo Tolentino, este último justificado. Também participaram da Audiência Pública o exmo. prefeito do Município José Rodrigues Barroso de Araújo, a vice-prefeita Patrícia Alves Lopes Araújo, Manoel Assis Salomé Neto - Secretário de Obras, Luís André Oliveira que estava representando a Defesa Civil, Érica Juliana Pinto Pereira representando os Conselhos Paritários, Simara de Sousa Castro - Assistência Social e Frederico Cordeiro Martins que estava representando o NAJ da UEMG. Foi esclarecido como os trabalhos se desenvolveriam e enfatizado que se o público quisesse apresentar perguntas, deveriam entregá-las, por escrito, às colaboradoras Selenia Dias, Graciela Gomes e Karem Maria, cidadãs incumbidas de receber as perguntas do público e repassá-las ao sr. Clever Raul Martins de Araújo “Keké” que iria dirigi-las às autoridades convocadas ou convidadas, conforme o caso, para as devidas respostas. Em seguida, a palavra foi conferida ao exmo. prefeito José Rodrigues Barroso de Araújo que falou sobre alguns serviços realizados na atual administração e, abordado o assunto moradia popular, esclareceu que diante de manifestação do Governo Federal de que “vai ter o ‘Minha Casa Minha Vida’ para pessoas que se enquadram na faixa 01 - que não têm condições de pagar a prestação, e de que cidades abaixo de 50.000 habitantes seriam contempladas com 40 unidades do programa, a administração local havia feito o respectivo cadastro junto ao Ministério das Cidades, sendo o recurso previsto de R\$ 5.600.000,00, do governo federal, mais R\$ 2.000.000,00 de contrapartida do município para a construção dessas 40 unidades, o que para Cláudio é muito pouco. Disse que a tesoureira do ‘PT’ havia estado na cidade (inclusive tendo conseguido recursos para a saúde) e na oportunidade manifestou que, no máximo, viriam 20 casas para municípios de até 50.000 habitantes”. Acrescentou que “não iria iludir os cidadãos de que o município terá 500/600 casas, porque não é verdade; que a administração anterior comprou um terreno, na Rocinha, e que haviam sido prometidas 600 casas, mas para a Caixa Econômica Federal financiar a construção de algum imóvel, é preciso que o terreno tenha toda infraestrutura: água, esgoto, asfalto, posto de saúde e escola; assim, enquanto referido terreno não tiver toda essa infraestrutura será inviável construir no mesmo. Ressaltou que a administração está atenta e havendo programa do governo federal de incentivo, com financiamento, sem entrada, por exemplo, (o que viabilizaria a aquisição da moradia por muitas pessoas), essa realidade poderia mudar e que o município tem feito o possível e está aberto a parcerias e, mais uma vez, reforçou que não iria fazer promessas, porque seria falta de responsabilidade”. Na sequência, o pastor Sidmar, também representantes do público, efetuou a leitura de carta que, segundo ele, havia sido elaborada por cidadãos envolvidos com a luta para moradia, na qual fizeram constar “que a CF/88 traz a previsão da moradia como direito social (art. 6º), tendo o Estado o dever de criar políticas públicas e garantir condições para que todo cidadão possa ter acesso à moradia segura e digna. Registraram, no mesmo documento, que o crescimento acelerado da população claudiense e a falta de investimento em programas de habitação social gera maior demanda por moradia, superando a oferta e faz com os aluguéis e preços de imóveis sejam altos e inacessíveis para

muitos, deixando famílias de baixa renda sem alternativa e, por fim, pleitearam, medidas concretas para combater a defasagem de moradia através de investimento em habitação social acessível às famílias de baixa renda”. Após, o sr. Clever deu início às indagações do público e questionou se haveria outras formas de se conseguir recursos para a construção das casas populares, unindo esforços dos poderes Executivo e Legislativo e parcerias com outros órgãos/entidades, de forma a não depender apenas do governo federal e se seria possível, o Executivo, doar lotes a particulares, para que estes, com recursos próprios, edificassem suas moradias. Em resposta a esses questionamentos, o prefeito José Rodrigues Barroso de Araújo disse que há dificuldade na doação lotes, pois não podem ser escolhidos, aleatoriamente, os cidadãos beneficiados, teria que ser feito por meio de um programa com regras e cadastros para seleção dos interessados e que também não podia e não iria doar lotes em terrenos sem infraestrutura (água, luz, etc.), pois seria irresponsabilidade e, fazendo referência ao terreno no povoado de rocinha (anteriormente mencionado), acrescentou que o custo para fazer a infraestrutura necessária (para uma possível doação de lotes) ficariam três vezes o seu valor. O sr. Clever continuou com as perguntas e levantou questões que, segundo ele, não teriam funcionado bem na seleção dos contemplados com moradia no empreendimento Portal Serra Verde, sugerindo que, em novos empreendimentos, precisariam algumas questões serem repensadas e modificadas, de forma que os selecionados sejam de fato pessoas de baixa renda e que realmente precisem da moradia. Sobre esse pronunciamento, a Secretária de Assistência Social, sra. Simara de Sousa Castro, esclareceu que “a seleção dos beneficiados com moradia no Portal Serra Verde contou, à época, com a participação da prefeitura no recebimento das inscrições, mas que havia sido contratada uma empresa (indicada pela Caixa) para a realização dessa seleção e que dentro do programa “Minha Casa Minha Vida” há critérios (mãe solo, idosos, etc., com preferência) e, após, também há os critérios de seleção estabelecidos pela Caixa e por algum motivo como, por exemplo, pendência financeira, não é possível o cidadão ser contemplado, ainda que precise da moradia. Ressaltou que a questão habitacional no município é uma preocupação e desafio e em levantamento realizado, apenas no cadastro único verificou-se que 1.450 famílias, aproximadamente, moram de aluguel”. O prefeito complementou os esclarecimentos da Assistente Social, enfatizando que “a participação do município no ‘Portal Serra Verde’ foi com a cessão do terreno (sendo doado para Caixa e não para o cidadão beneficiado com moradia), e pagamento da infraestrutura (asfalto, energia, etc.), sendo o restante com a Caixa; logo a prefeitura não tem o poder de interferir em venda regular ou irregular, a ela não foi dado esse poder, cabendo qualquer denúncia e apuração, à Caixa Econômica Federal”. Também fez uso da palavra a representante dos Conselhos Paritários sra. Érica Juliana Pinto Pereira, tendo dito que “é preciso união (Câmara, prefeito, instituições, população), sendo a audiência pública o momento de apresentação de ideias para solução da falta de moradia. Disse que havia sido objeto de discussão, no conselho, a questão habitacional e debatido o que a administração e o que os empresários podem fazer para ajudarem a população na questão habitacional. Manifestou que as empresas trazem mão de obra, de fora, que passam a ocupar espaços no município (aumentando a demanda por moradia) e questionou o que os empresários têm dado de contribuição para solucionar a falta de moradia”. Subsequentemente, o Secretário de Obras sr. Manoel Assis Salomé Neto, manifestou que “administração está empenhada na busca de soluções para a falta de moradia, inclusive tendo pesquisado, em outros municípios, projetos habitacionais que também possam funcionar e ser implantados em Cláudio”. A vice-prefeita Patrícia Alves Lopes Araújo se demonstrou sensível ao desejo dos cidadãos pela casa própria e aberta a palavra aos vereadores, manifestaram: Rosângela Diretora que se demonstrou

sensibilizada com aqueles que almejem a casa própria e disse estar empenhada na busca de soluções; Darley Lopes ressaltou que a ideia da doação de lotes (levantada pelo cidadão “Clever”) poderia ser amadurecida e talvez, dentro de um programa de habitação bem trabalhado, poderia funcionar e destacou a importância do apoio de instituições como a Asimec e Sicoob/Copermec, este com linhas de crédito acessíveis para pessoas de baixa renda, para investimento em habitação; Kaká Amorim sugeriu que fossem alienados lotes de propriedade do Município (300 lotes), que poderiam ser leiloados para investir em programas habitacionais para pessoas de baixa renda, somado ao apoio do Legislativo com devolução de duodécimo; Geraldo Lázaro dos Santos ponderou que o Legislativo e Executivo, alinhados, podem amadurecer a proposta sugerida por Kaká Amorim de alienação de lotes para investimento em habitação; Evandro da Ambulância ressaltou que em Cláudio, durante os seus mandatos de vereador, nunca havia acontecido movimento igual àquele que estava acontecendo para reivindicar políticas públicas habitacionais e parabenizou os cidadãos envolvidos; Maurilo do Sindicato ressaltou a importância de se trabalhar juntos, Executivo e Legislativo, com planejamento para a solução da questão habitacional; Nivaldo parabenizou os cidadãos envolvidos na luta por moradia e Frederico Amorim ressaltou que a responsabilidade é do Executivo e Legislativo na busca de soluções para a falta de moradia e também considerou a possibilidade de alienar lotes para investir em habitação. Registre-se que, ao longo da Audiência Pública, o prefeito ainda acrescentou que a responsabilidade por criar políticas habitacionais não é só município, mas principalmente do governo federal, que a falta de moradia é assunto sério e a solução não é possível a curto prazo, porém estava disposto a trabalhar conjuntamente com outros órgãos. Por derradeiro, o presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Eu, Adalberto Lopes Castro - Técnico Legislativo - lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim, pelo Presidente e demais vereadores assinada. Cláudio, 07 de julho de 2025.

Adalberto Lopes Castro

Simental

Kaká Amorim

Frederico Amorim

Evandro da Ambulância

DEMAIS VEREADORES:

Darley Lopes

Fernando Tolentino

Geraldo Lázaro dos Santos

Kedo Tolentino

Maurilo do Sindicato

Nivaldo

Rosângela Diretora

Técnico Legislativo: _____

Presidente: _____

Vice - presidente: _____

1º Secretário: _____

2º Secretário: _____
